

A INTERFACE DA PSICOLOGIA COM OS PROGRAMAS SOCIAIS: IMPASSES METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

Igo Gabriel dos Santos Ribeiro – Graduando de psicologia FCL UNESP Assis/SP

Dra. Heloísa Maria Heradão Rogone – Depto. Psicologia Clínica FCL UNESP Assis/SP

O presente trabalho refere-se a uma análise das práticas da psicologia no campo das políticas públicas sociais de atenção à criança e ao adolescente do Município de Assis/SP. As ações aqui apresentadas estão vinculadas ao núcleo de extensão ‘A universidade nos programas sociais do Município¹’, desenvolvidas por graduandos de psicologia. Este núcleo atua em programas e projetos sociais desde 1998 de acordo com a demanda da população, da universidade e das legislações que embasam atuações no campo da assistência social. As atividades são realizadas em entidades assistenciais socioeducativas, tais como em projetos desenvolvidos por organizações não-governamentais (ONGs) e Centros de Referências da Assistência Social (CRAS – CREAS). Além disso, através da parceria com a Secretaria da Assistência Social e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), constantemente são realizadas ações voltadas para promoção de cidadania, visando o protagonismo infanto-juvenil e a garantia dos direitos, pautados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se de ações com a comunidade, buscando maior participação da população no tocante à execução e ao controle das políticas públicas vigentes.

Em 2011 foram realizadas conferências livres e também a 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com grupos da rede pública e privada de ensino e de projetos sociais. No entanto, houve grande dificuldade em trabalhar com escolas privadas, visto que estas não foram receptivas com a proposta de levar a discussão política para dentro do espaço educacional. A saber, a 9ª Conferência teve como tema central: ‘Mobilizando, implementando e monitorando a política e o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios’.

Vale ressaltar que o núcleo citado estava de acordo com a proposta de ação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), no que tange às conferências. Este núcleo desenvolve-se tendo como princípios norteadores a perspectiva crítica e ampliada da psicologia, considerando que fenômenos sociais devem ser pensados por uma ótica complexa, que enxerga a conjuntura do plano político, econômico e social. Ou seja,

¹ Desenvolvido pelo Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras em convênio com a Secretaria Municipal da Assistência Social de Assis/SP. (PROEX-UNESP)

conforme apontado acima, este trabalho é realizado por alunos de psicologia que procuram fugir a lógica da psicologia tecnicista, não-politizada, que busca tratar demandas sociais pelo viés da clínica terapêutica, individualizante.

O objetivo dos trabalhos desenvolvidos, ao contrário dessa psicologia que reduz problemas sociais ao plano psíquico, é potencializar nos grupos vulneráveis – devido a um processo histórico perverso – força política para que seja possível, através da participação e mobilização, promover mudanças reais em seus conjuntos sociais para que, assim, possa garantir melhor qualidade de vida no plano psíquico e no plano social. No entanto, é preciso rever as práticas da psicologia que são desenvolvidas nesse campo político-social, visto que há pouco tempo, em meados da década de 80, quando se consolidava a nova Constituição Federal, também nascia uma nova psicologia comprometida com o social e não somente com o indivíduo, como é a psicologia tradicional.

O recorte feito para esta análise é exatamente a interface dessa psicologia comprometida com os problemas no campo da assistência social, mais precisamente das políticas públicas sociais para crianças e adolescentes. Pretende-se com isso, discutir as práticas que atualmente são desenvolvidas no Município de Assis por psicólogos e outros profissionais que atuam nessa área; com isso, busca-se refletir sobre a implicação da psicologia nesse meio da assistência social. Estará ela reforçando práticas excludentes e reiterando o discurso discriminatório e preconceituoso da classe alta burguesa? Embora hoje o discurso politicamente correto esteja voltado para a inclusão social, de que forma é feita essa inclusão? Sawaia (1999) discute de maneira pertinente a lógica da dialética inclusão-exclusão, onde é possível perceber que por detrás do discurso há um interesse político-econômico bem claro de incluir para excluir, mantendo em movimento constante a lógica da desigualdade social. Por isso, focaremos aqui na fragilidade das ações, que por sinal são realizadas a toque de campanha, e também no frágil empenho dos profissionais que são responsáveis por tomar frente dessa suposta promoção de cidadania, desse tal protagonismo infanto-juvenil e emancipação social.

Por meio de uma experiência prática, foi possível coletar alguns dados sobre a incipiência do campo citado. Durante o processo de organização de alguns trabalhos, pode-se observar a fragilidade do conhecimento teórico e de instrumentos técnicos para a execução de determinadas ações, mais especificamente no tocante a intervenção da psicologia nesse meio. Sabe-se que não se trata de uma psicologia terapeutizante que está nas políticas públicas pautada na lógica preventiva e curativa das classes empobrecidas. Ainda assim, vê-se pouco

distante a psicologia que, efetivamente, contribui para a emancipação dos sujeitos no que diz respeito à própria representatividade e ascensão na sociedade.

Quanto à infância e à adolescência é preciso descrever dois paradigmas que determinaram o destino de muitos grupos. Num primeiro momento a criança esteve sem lugar e sem voz na família e na sociedade (Ariès, 1986; Freitas, 1997). Gradativamente foi se construindo outro cenário onde a criança passa a ser objeto de especulação e também de preocupação do Estado. Mas esta preocupação se dava para proteger a sociedade dos *delinqüentes*, tendo em vista que estes ofereciam risco. Desse olhar surgiu o antigo *Código de Menores*: disciplinador, repressivo e punitivo. Assim, de 1927 a 1988 vigorou esta lei. Apenas com a promulgação da nova Constituição e do ECA a criança passa a ser prioridade absoluta do Estado e da Sociedade; isto é, ao menos na legislação, mudou-se o paradigma de *menor delinqüente* para sujeito de direitos, porém há pouco tempo.

Se por Lei houve mudanças significativas no tocante aos direitos da criança e do adolescente, na sociedade é arriscado dizer o mesmo. Fala-se muito em sujeito de direitos atualmente, mas este discurso parece vago e ausente de sentido na prática de quem o profere, refletindo ações empobrecidas, onde imperam o descaso e o assistencialismo para com esta população.

Frente às questões aqui pontuadas, é necessário repensar a importância da psicologia nesse meio e nas tomadas de decisões políticas pertinentes a esse grupo que foi historicamente marginalizado e negligenciado. Questiona-se: onde entra a psicologia nesse movimento em constante construção, marcado por muitas dificuldades relacionadas à concepção *menorista* acerca da infância, presente em muitas instituições sociais ainda hoje? Sabe-se que é responsabilidade de diversas áreas do conhecimento intervir nesse contexto de forma efetiva e transformadora. Sobretudo, é dever da psicologia se responsabilizar e atuar categoricamente nesses espaços, pois, entende-se que no coletivo e nos conjuntos ideológicos são constituídas subjetividades que, decorrente de fatores sociais problemáticos e mal resolvidos, podem causar danos aos sujeitos. Porém, é preciso cuidado para não *psicologizar* em demasia, pautando ações e intervenções em práticas cristalizadas *psicopatologizantes* que atendem às demandas econômicas e mercadológicas, questões que são das esferas políticas e sociais (Bock, 2001; Gonçalves, 2010). A psicologia tem que se colocar nesse conjunto de maneira ética e politizada, lutando pela garantia dos direitos fundamentais que propiciam o desenvolvimento autônomo e potente dos sujeitos. E no que diz respeito a esse desenvolvimento, cabe as necessidades básicas que nem sempre são garantidas à classe abastada: como saúde, liberdade, dignidade, convivência familiar e comunitária, segurança,

acesso à educação de qualidade, à cultura, ao lazer e à profissionalização. Todos fatores estes que fomentam emancipação social.

Estes apontamentos levantados devem embasar não somente as práticas da psicologia, mas também de uma sociedade comprometida com as políticas públicas destinadas às crianças e aos adolescentes. É preciso superar, factualmente, a lógica do *primeiro damismo*, do sistema caritativo e benemerente e do assistencialismo recorrente neste campo. Não se trata de ‘ajudar’ a quem precisa. Trata-se de garantir que os direitos conquistados sejam efetivados; que as políticas sejam eficazes e efetivas; e que o atendimento seja de qualidade e não dado pouco a quem tem pouco. Para tanto é preciso que a população, de um modo geral, se pronuncie frente à gestão pública que, por dever, deve garantir recursos.

Percebe-se que a psicologia vem se reorganizando e atuando no campo social, conforme as legislações. Mas devido ao tempo ínfimo dessas leis, pouco se tem visto de ações que fujam às práticas curativas e que reinventam uma psicologia política, comprometida, que contextualiza sua prática num movimento histórico e social, principalmente dos grupos vitimizados. É necessário que o olhar da psicologia esteja atento aos movimentos políticos e econômicos que demandam saberes *normalizadores* e que privilegiam um grupo em detrimento do outro. Dito em outras palavras, pouco se tem feito para fugir da lógica que impõe normas, valores e padrões, mantendo outro grupo numa posição subalterna e inferiorizada. Ou seja, a psicologia deve se implicar no conhecimento das singularidades e nos processos de subjetivação, sabendo que são construídas no coletivo de um dado contexto.

Dessa forma, deve promover autonomia, participação e emancipação. Mas isso só é possível mudando seu olhar e resignificando suas práticas. E conforme salienta Gonçalves (2010), devemos

identificar propostas de ruptura com modelos de atuações tradicionais, em busca de alternativas que coloquem a psicologia a serviço da maioria das pessoas, em atuações que permitam o engajamento dos indivíduos em ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população e, até mesmo, para a construção de uma nova sociedade (p. 79).

No caminho de uma psicologia comprometida com o desenvolvimento social, que rompa os modelos tradicionais, o núcleo de extensão citado inicialmente, vem realizando trabalhos com grupos de crianças e adolescentes, buscando promover a conquista de cidadania através da politização e da mobilização para participação em conselhos e movimentos sociais. Estas ações permitiram reflexões críticas acerca da psicologia e também das intervenções

feitas pelos representantes do poder público e da sociedade civil, que serão discutidas mais adiante.

Em 2010 foi desenvolvido um trabalho com crianças de 7 a 12 anos incompletos, num projeto social da cidade. Inicialmente a proposta era discutir questões que iam do particular para o social, tais como a criança consigo mesma; criança com a família; criança com a escola; criança com os amigos; criança com a comunidade; criança e a cidadania. É relevante pensar as relações construídas e estabelecidas com o externo conforme o desenvolvimento destas crianças. Entretanto, em pouco tempo percebeu-se que a principal demanda não era tão somente questões do particular, mas sim questões sociais que, claramente, interferem no desenvolvimento de qualquer sujeito e em seu processo de subjetivação. Ou seja, a demanda levantada constantemente tratava-se de um complexo de fatores que desviavam à perspectiva desenvolvimentista e terapeutizante que a psicologia tradicional oferece. Sem dúvida, faz parte do processo pensar algumas questões de desenvolvimento, porém o mais importante deve ser pensado antes com mais cuidado. É fácil trabalhar questões relacionadas ao individual se esquivando do problema maior que está num plano político-social. Nota-se que é pouco eficaz pensar auto-estima de uma criança que, ao voltar para casa, na comunidade sem infra-estrutura básica, na escola sem educação de qualidade, se depara com uma violência social absurda devido ao descaso do poder público e à indiferença da sociedade que tapa os olhos para os problemas. Com isso, houve um redirecionamento das atividades com esse grupo de crianças que levou a uma perspectiva política e, conseqüentemente, a um movimento coletivo pela garantia de direitos. Essa mobilização resultou em um forte elo entre universidade e comunidade na realização do II Encontro do Protagonismo Infanto-juvenil realizado ao final do ano. Nesse evento foram levantados pontos relevantes sobre as áreas de educação, saúde, lazer, habitação, trabalho, meio ambiente e segurança, que foram encaminhados aos responsáveis pela gestão pública e, posteriormente, utilizados também em outras mobilizações.

O desdobramento dessa interface da psicologia com os programas sociais está nos dados que foram levantados a partir dessa mobilização política e na dimensão subjetiva que é possível atingir dando voz aos sujeitos que, historicamente, são deixados à margem da sociedade. Potencializar sujeitos políticos é, gradualmente, construir uma sociedade melhor e mais digna; consciente de que direitos devem ser garantidos e cumpridos pela gestão pública Municipal, Estadual e Federal.

Num outro momento, em 2011, foi realizado um trabalho com adolescentes do Programa Ação Jovem. A demanda dos profissionais que atuavam com os adolescentes era

que fossem desenvolvidas com os grupos, questões voltadas para o mercado de trabalho e profissionalização. Porém, houve uma contraproposta do núcleo.

Planejou-se uma metodologia diferenciada, que visou ampliar a temática “trabalho” e dinamizar os encontros, propiciando aos adolescentes contatos e olhares a respeito de assuntos que atravessam o tema. Para isso, foram delimitadas quatro grandes áreas: Arte e cultura – permeou as oficinas tanto como um instrumento mediador como uma área de trabalho que, explorada e organizada, pôde também oferecer empregos e trabalhos estáveis ao contrário do que pensa o senso comum; tecnologia – aprofundando conhecimentos a respeito de especificidades pouco conhecidas nesta área; saúde – visou abordar temas atuais, promovendo discussões e relacionando as diversas profissões atuantes nesta área; educação – levantou-se questionamentos relacionados às experiências dos jovens, sua concepção a respeito da educação atual, de cursos universitários e suas expectativas relacionando as profissões que podem exercer neste meio.

Procurando atingir tais metas, foram pensados métodos facilitadores do manejo das oficinas, como atividades culturais, visitas, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, filmes e palestras com convidados.

As atividades culturais proporcionaram oportunidades de expressão e interação, foram ministradas por convidados e/ou pelos próprios estagiários. Além disso, foram previstas oficinas de música, teatro, dança, imagem e som, artesanato, pintura e lutas marciais. As visitas tiveram o objetivo de inserir o jovem no universo prático de algum subtema discutido anteriormente e ampliar as suas concepções. A exibição de filmes também foi um dispositivo norteador e ilustrativo que ajudou o grupo a realizar apontamentos em relação aos assuntos abordados. As rodas de conversa configuraram-se como um espaço reservado às discussões levantadas a partir de indagações e apontamentos emergentes no grupo ou propostas a ele. Fizeram-se presentes em todos os encontros, tendo em vista que qualquer uma das abordagens utilizadas foi contextualizada e posteriormente discutida. As dinâmicas de grupo ocorreram durante as rodas de conversa com o intuito de integrar o grupo, bem como incitá-los a pensar e experimentar novos posicionamentos através da metáfora proposta pela dinâmica, ou seja, refletindo acerca da própria realidade e de outras possibilidades. As palestras, por fim, possuíam caráter elucidativo, visto que sempre foram realizadas por convidados que explanaram sobre temas pouco conhecidos, mas pertinentes às discussões do grupo.

Assim sendo, foi possível discutir o trabalho, mas em sua transversalidade; pensou-se com os grupos o processo do trabalho em sua relação com a arte, cultura, saúde, educação e o mais importante, com cidadania e conscientização política.

Por se tratar do ano da Conferência dos direitos da criança e do adolescente, fora possível vincular muito mais o trabalho à mobilização política, tendo em vista que os mediadores estavam diretamente vinculados à organização das conferências livres e da própria Conferência, que permitiu pensar instrumentos para atingir crianças e adolescentes com o próprio grupo de participantes do Ação Jovem. Importante ressaltar que o CONANDA determinou em seu documento base para a Conferência que adolescentes das comunidades estivessem presentes em todo o processo de organização desta, porém esse espaço não foi ocupado, talvez pela ausência de interesse dos interlocutores ou mesmo pelo amadorismo dos envolvidos nas ações.

Voltando ao trabalho com os adolescentes, foi possível desenvolver uma metodologia ou instrumento didático que foi utilizado na execução das conferências. Trata-se do que foi denominado *bandeira dos direitos*. Em tecidos de algodão cru foram pintados, escritos e grafitados os cinco eixos que nortearam as discussões das conferências. Esta forma de trabalho permitiu que, através da arte, se colocasse em pauta uma série de questões pertinentes a muitos grupos, especialmente aos grupos empobrecidos, fragilizados e esquecidos pela sociedade. Certamente foi um trabalho com muitas ressonâncias e repercussões sociais. Crianças e adolescentes se mobilizaram por uma causa comum, muito embora numa única vez; pois, sabe-se que não há uma ação contínua voltada para participação política efetiva no controle e na gestão das políticas públicas.

Como foi dito, são trabalhos pontuais, pouco eficazes no tocante às mudanças na lógica do funcionamento social. Após o momento efervescente de discussão das políticas, a maioria das crianças e adolescentes voltou para o esquecimento da gestão pública. No entanto, o objetivo do núcleo com essas ações é potencializar a sociedade, em especial as classes subalternas, para que possam intervir, efetivamente, na democratização do Estado. Para tanto tem que se ampliar a participação social na conquista e no controle das políticas públicas, bem como na construção de uma cidadania ativa, pois, entende-se, que é necessária constante formação para que se possa participar do controle social das políticas públicas e também promover continuamente mobilizações sociais cidadãs – não como eventos pontuais, mas, como processos permanentes.

Nota-se que houve uma mobilização relevante que possibilitou que o Município despertasse para os problemas que estão postos à mesa. Mas falta interesse dos órgãos públicos frente à demanda complexa desses problemas. A partir das propostas votadas na Conferência, elaborou-se o relatório que foi encaminhado aos responsáveis para que tomassem providências, porém sempre em passos lentos. Além disso, há uma comissão que

tomará frente na elaboração do plano de ação que norteará o direcionamento de recursos para o cumprimento das propostas que foram encaminhadas pela população de crianças, adolescentes e adultos da organização civil nesses dois últimos anos; passo relevante, muito embora seja preciso que se consolide também uma cultura de discussão e mobilização constante acerca das políticas públicas sociais. Só dessa forma será possível falar convictamente em cidadania e protagonismo.

De acordo com os apontamentos acima percebe-se que houve uma real mudança de paradigma no campo político no tocante à legislação para a infância e adolescência. Entretanto, na concepção, no discurso e nas práticas sociais, há uma contradição entre a superação de uma lógica repressiva e punitiva acerca da infância – no que diz respeito às leis conquistadas – e a lógica predominante na rede de atenção à infância, onde ainda impera o Paradigma Filantrópico em detrimento do Paradigma Socioeducativo. Alguns autores argumentam ser o primeiro hegemônico no campo, o que corresponderia uma entidade assistencial ainda organizada através da lógica menorista, tomada por um discurso criminalizante das classes populares, informalmente baseada na noção jurídica da “situação irregular”, que desenvolveria práticas assistenciais preventivas, repressivas, correcionais e moralizadoras; enquanto que, na outra perspectiva do Paradigma Socioeducativo, está implicada a promoção efetiva de direitos das crianças e adolescentes, considerando sua condição de sujeitos cidadãos. As práticas e ações devem se pautar a partir dessa transformadora, fundamentada no pleno exercício da democracia, dialógico, participativo e emancipatório (Benelli; Costa-Rosa, 2011).

Vê-se que os impasses metodológicos e epistemológicos estão implicados na fragilidade das ações que se embasam ainda em práticas assistencialistas. Ou seja, para que esta lógica seja superada, além do investimento prioritário dos gestores públicos, é de extrema relevância que haja implicação ética nos movimentos político-sociais, deixando de lado o amadorismo para buscar instrumentos radicais que permitam ações contínuas e eficazes.

O programa que foi citado anteriormente, Ação Jovem, faz parte de uma iniciativa do Governo de São Paulo, que por meio da transferência de renda, visa estimular a conclusão da escolaridade básica e a inserção no mercado de trabalho, fomentando o exercício da cidadania. Porém, ao buscar referências para a aplicação deste programa, não há nada disponível para tanto. A preocupação com a cidadania deveria estar além do discurso politicamente correto e da política de transferência de renda, sem desconsiderar sua relevância. O descaso está na ausência de materiais que garantam à implementação séria de programas como esses nas entidades responsáveis pela chamada “inclusão social”. Percebe-se

que esta forma de inclusão não ocorre de maneira sistemática e responsável socialmente. Os usuários dos programas ainda não são vistos como sujeitos potentes, sujeitos de direitos. Ao contrário disso, pouco importa a quem se destinam tais programas, pois a proposta latente é manter a lógica dialética da inclusão-exclusão, onde não cabe promover transformações e ascensão social, mas sim manter cada grupo em seu lugar.

Em pesquisa² realizada no Município é possível analisar que, parte significativa dos projetos e trabalhos desenvolvidos com a população infanto-juvenil, também se pauta nesse mesmo paradigma filantrópico, onde nem se quer no plano material, isto é, em planos de trabalhos e projetos, encontra-se explícito o paradigma que deveria estar em cena, tal como o Paradigma Psicossocial e Socioeducativo, muito embora constantemente, esses termos sejam utilizados para maquiagem o discurso *menorista* e as práticas assepsiadas. Enquanto houve um avanço importante por um lado, por outro há um retrocesso em relação ao avanço da própria Constituição de 1988.

Frente às considerações feitas no corpo do presente artigo, pode-se finalizar refletindo sobre a real necessidade de mudanças imediatas, não só na concepção e na postura dos atores sociais envolvidos no campo da assistência social e da política pública, muito embora esta mudança seja também importante. É preciso reformar as ações propondo a construção de novas metodologias de trabalho que tenham embasamento teórico-técnico crítico e político. É da incumbência da psicologia elaborar tais métodos e propagar ações que sejam ampliadas e complexas, numa perspectiva implicada com os problemas estruturais da sociedade. Entende-se por fenômenos complexos questões que não são apenas do plano individual e singular, mas que expandem e envolvem, claramente, o plano político, econômico e social. É sabido que individualizar um problema é reduzir a psicologia e psicologizar questões de esferas outras.

Além desses aspectos apontados, é necessária a atuação em rede, mas que seja uma rede ativa, articulada e funcional, que “conecta a tudo e a todos numa teia em permanente ampliação e extensão, em fluxos abertos e em vetores multidimensionais para todos os lados, em todos os sentidos, em múltiplos planos, em abertura incomensurável e imprevisível” (Benelli; Costa-Rosa, 2011). Para tanto há que se propor trabalhos interdisciplinares, projetando ações transdisciplinares para que se consiga atingir níveis de eficácia mais significantes. No entanto, não se trata apenas de estatísticas alcançadas. Mas sabe-se que, ao lidar com conflitos macros, há que se partir de uma ação macro, e, para isso, sem dúvida é

² Trabalho de Iniciação Científica: Levantamento e análise das entidades assistenciais socioeducativas de atenção à criança e ao adolescente no Município de Assis/SP. RIBEIRO, I. G. S.; ROGONE, H. M. H. – FCL UNESP Assis.

preciso dialogar com outras áreas que pensem os sujeitos, crianças e adolescentes, nas diversas esferas sociais. A psicologia deve se comprometer e dialogar constantemente com as outras áreas do conhecimento, reconstruindo e transformando suas práticas; isto é, deve sair do *setting* cômodo e se emancipar do tradicionalismo.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BENELLI, S. J.; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. Estudos de Psicologia: 28(4) / 539 – 563. Campinas, 2011.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.
- CONANDA. Documento Base: Conceituação e operacionalização para realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2011.
- FREITAS, M. C. de. (Org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONÇALVES, M. G. M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2010.
- SAWAIA, B. (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.